

Atas

do V Colóquio Internacional Caminhos de Santiago

“OS CAMINHOS  
DO MAR” | 2018



## **A Acessibilidade nos Caminhos de Santiago: um longo caminho a percorrer**

*Fátima Matos Silva e Isabel Borges*  
(Universidade Portucalense)

### **Resumo:**

O trabalho aqui apresentado tem vindo a ser desenvolvido desde 2017, tendo por base um projeto de investigação intitulado *Avaliação de Impactes do Turismo Religioso e do Turismo Acessível nos Caminhos de Santiago*. Este projeto estuda a problemática dos impactes do turismo religioso e das peregrinações a Santiago, entre o Porto e Valença, mas, sobretudo, os problemas de acessibilidade, quer do património cultural - nomeadamente o arquitetónico religioso que possui uma relação direta com esse roteiro -, quer dos albergues de peregrinos, bem como outros tipos de alojamento e, naturalmente, do próprio caminho.

Turismo Acessível, Turismo Inclusivo ou sem Barreiras entre outras designações pode, também, ser definido como turismo e viagens acessíveis a todas as pessoas, incluindo todos aqueles que apresentem, temporariamente ou permanentemente, limitações de mobilidade, de audição, de visão, cognitivas, intelectuais ou psíquicas. Contudo, trata-se de uma área de investigação recente e sobre a qual existe pouca investigação produzida e publicada.

Contextualizado o tema, podemos referir que, neste artigo, centramos o nosso estudo no troço do Caminho Central Português, entre o Porto e Valença, uma vez que o estudo do Caminho da Costa é apenas abordado sumariamente por o seu estudo estar em fase inicial.

**Palavras-chave:** Turismo religioso, turismo acessível, acessibilidade, caminhos de Santiago, património arquitetónico religioso, albergues, reabilitação do património.

## Metodologia da Investigação

O alicerce da nossa investigação, em termos metodológicos, baseou-se na recolha e revisão crítica da pouca literatura existente sobre a temática em questão.

Paralelamente, desenvolvemos um estudo analítico das estatísticas oficiais da *Oficina del Peregrino* entre 2004 e 2018, relativos ao Caminho Português a Santiago, em duas das suas vias: o Caminho Central e o Caminho da Costa.

Foram elaboradas e aplicadas, em trabalho de campo, três fichas distintas caracterizadoras do património arquitetónico religioso; dos diversos tipos de acessibilidade aos locais de culto e dos albergues de peregrinos e demais locais de hospedagem.

As primeiras foram aplicadas num universo de trinta e quatro monumentos que consideramos os mais emblemáticos e em onze albergues de peregrinos (oficiais e privados). Posteriormente realizamos o processamento analítico dos resultados que apresentamos em gráficos e quadros.

Naturalmente, também foi estudado *in situ*, o próprio Caminho, em cerca de 127 kms, bem como as questões de acessibilidade do mesmo, embora, não se detalhem neste trabalho.

## Contextualização e definição de conceitos

O Caminho Português é constituído por várias vias, sendo o principal ponto de partida a cidade do Porto, com um crescimento muito significativo nos últimos anos.

A análise dos dados estatísticos da *Oficina del Peregrino* de Santiago de Compostela, relativos ao intervalo de tempo entre 2004 e 2018, permite-nos concluir pela existência de um aumento exponencial de peregrinos/turistas religiosos e culturais no troço do caminho aqui estudado e também no relativo à parte espanhola que permite chegar a Santiago de Compostela.

O crescimento dá-se sobretudo durante e após o último Ano Santo (2010) com o número de utentes do caminho a crescerem todos os anos.

Verifica-se, igualmente, um acréscimo significativo de saídas do Porto e outros locais que, pelo Minho, se vão aproximando da fronteira. A grande quantidade de peregrinos, com as mais diversas motivações, iniciava o seu percurso em Tui, contudo, em 2016, passou o Porto a liderar como local de partida.

Estes dados permitem inferir que o aumento do turismo na cidade do Porto, ainda que outros fatores tenham contribuído, também é causa e consequência do aumento significativo, pós 2014, dos locais de alojamento, de tipo albergue de peregrinos ou outro associado ao caminho, o que se comprova pelas datas de abertura dos albergues. Ou seja, a disponibilização de hospedagem adaptada às necessidades dos peregrinos potenciou, entre outros fatores, um aumento dos peregrinos a iniciarem o seu caminho no Porto.

O Caminho é, habitualmente, feito pelos peregrinos a pé, podendo também ser feito através de outros meios reconhecidos como formas autênticas de peregrinação como de bicicleta, a cavalo ou em cadeira de rodas. Desde 2016 têm também sido contabilizados os que fazem o percurso à vela.

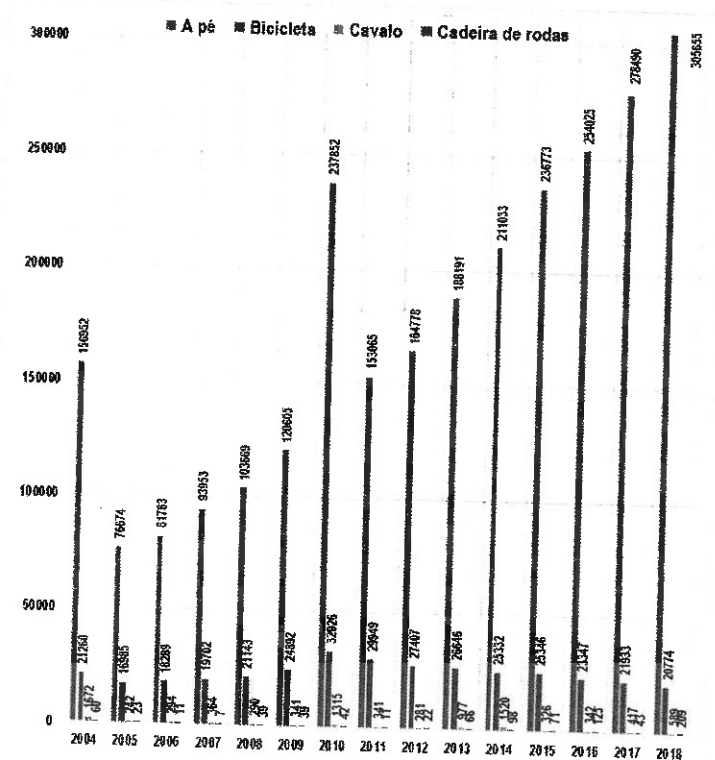


Gráfico 1 - Meios de deslocação utilizados pelos peregrinos.

Ao analisarmos o Gráfico 1 verificamos que as formas de deslocação mais utilizadas são a pé ou de bicicleta, tendo, já alguma expressão a utilização de cadeira de rodas – em 2018 utilizaram este meio de deslocação 209 peregrinos. Porém, não existe informação sobre quais foram os meios de deslocação utilizados em cada um dos itinerários.

*O conceito de acessibilidade é de difícil assimilação pois normalmente é caracterizado pelos aspetos físicos e arquitetónicos – acessibilidade do espaço – mas, em nosso entender, vai muito para além dele, pois diz respeito também, e sobretudo, à acessibilidade da infor-*

*mação e de comunicação, tocando componentes determinantes do foro social, intelectual e emocional. A acessibilidade não diz respeito apenas a pessoas portadoras de deficiência, mas a todos nós, dada a diversidade e as limitações humanas que nos caracterizam em diferentes fases da vida, de maneira temporária ou permanente (Silva, 2015). Significa que todas as pessoas, portadoras ou não de necessidades especiais devem ter condições de participar em todas as atividades que incluem o uso de produtos, serviços, informação e comunicação distribuídas pelos diversos territórios.*

A acessibilidade pressupõe elementos tão variados como a clareza na informação dos acessos (sinalética direcional e informativa, por exemplo), aspetos físicos e arquitetónicos adaptados, vários níveis de informação e variadas formas de comunicar, tendo como base os diversos aspetos cognitivos e intelectuais e as diversas fases da vida de cada tipo de público (Silva e Borges, 2019a; 2019b).

Neste momento é muito importante investigar e fazer o levantamento dos diversos tipos de barreiras que se podem colocar à comunicação quer a nível sensorial, intelectual, quer a nível físico, nos diversos equipamentos distribuídos e caracterizadores do território. Atingido esse conhecimento há que encontrar soluções, com respostas cabais no sentido de melhorar o turismo inclusivo, tornando a acessibilidade uma realidade em que as pessoas possam viver de forma independente sendo capazes de açeder, de forma igualitária, ao ambiente físico, ao transporte, à informação e à comunicação, incluindo as tecnologias de informação, de comunicação e sistemas, e outras facilidades e serviços fornecidos ao público, em áreas urbanas e rurais (Takayama Declaration, 2009).

Esta área de investigação, apesar do interesse que suscita, é muito recente, com muito pouca literatura produzida e publicada.

Entre as diversas definições podemos referir a da Organização Internacional do Turismo, UNWTO (2016) "O conceito de Turismo Acessível evoluiu da ideia de acomodação ou adaptação para que as pessoas com deficiência possam participar do turismo de qualidade para todos, entendendo que a acessibilidade é uma parte importante dessa qualidade".

Recentemente foram também publicados diversos Manuais (Ambrose; Garcia; Papamichail e Veitch, 2017) e guias de boas práticas (Mineiro, 2017) pelas entidades da tutela do Património Cultural e do Turismo de Portugal.

Esses manuais fornecem diretrizes concretas para apoiar os gestores de diversos equipamentos hoteleiros (Turismo de Portu, 2012) e turísticos que trabalham a questão da acessibilidade e inclusão na estratégia de desenvolvimento e gestão dos seus destinos, adicionando uma nova dimensão à sua oferta.

Um destino acessível deverá permitir a todos os visitantes - incluindo ainda os que viajam com crianças pequenas, carrinhos de bebé, pessoas com deficiência e idosos (Darcy e Dickson, 2009) - desfrutar e utilizar equipamentos e serviços, sem restrições nem constrangimentos, de forma equitativa, transformando-se, desta forma, num território acessível.

Apesar das recentes tecnologias e novas formas de transporte, os peregrinos escolhem continuar a caminhar. Essas peregrinações a pé levam o seu tempo, pelo que a maior parte do tempo é gasto no percurso, nos vários locais visitados na viagem.

Cidades, pequenas aldeias rurais, albergues de peregrinos ou restaurantes recebem benefícios, dos mais diversos tipos, que não são apenas para o destino, mas para todos os lugares ao longo de centenas de quilómetros de extensão. As peregrinações aumentam o valor do património artístico e dos monumentos antigos, agregando valor ao turismo.

O turismo como fator económico, social e cultural tem cada vez mais relevância pelo que nos obriga a que tenhamos mais e melhores acessibilidades ao Património Cultural de forma que o mesmo seja visitado e conhecido por todos conseguindo-se, de facto, um Turismo Patrimonial Acessível e sustentável.

### **Peregrinos do Caminho Central Português e do Caminho da Costa Português: análise dos dados numéricos**

De entre os poucos dados estatísticos disponíveis e divulgados com continuidade sobre os peregrinos do Caminho de Santiago destacam-se aqueles que são publicados pela *Oficina del Peregrino* de Santiago de Compostela e dos quais nos socorremos. Apenas existem estatísticas a partir do Ano Santo de 2004 pelo que o tratamento e análise que fizemos refere-se a quinze anos. Estes dados reportam-se apenas aos peregrinos que se deslocam à *Oficina del Peregrino* para receber a *compostela* (documento que certifica o cumprimento do percurso). Não existem estatísticas reais sobre os milhares de turistas, visitantes, peregrinos ou não, que se deslocam a Santiago através de meios de transporte motorizados (camioneta, automóveis, avião, comboio) e que, naturalmente, têm necessidades diversas em termos de acessibilidade. Desta forma, os dados analisados excluem uma imensidade de população visitante de Santiago e dos mais diversos equipamentos culturais, religiosos, ou outros, caracterizadores do património cultural associado aos caminhos de Santiago.

ANOS	PEREGRINOS (todos os Caminhos)	Peregrinos do Caminho Central Português	Peregrinos do Caminho da Costa Português	Nacionalidade portuguesa - Caminho Português	Outras nacionalidades - Caminho Português
2004–Ano Santo	179.944	15.839	-	3.252	12.587
2005	93.924	5.507	-	2.574	2.933
2006	100.377	6.467	-	3.365	3.102
2007	114.026	8.110	-	4.001	4.109
2008	125.141	9.770	-	4.341	5.429
2009	145.877	11.956	-	4.854	7.102
2010–Ano Santo	272.135	34.147	-	7.786	26.361
2011	183.366	22.062	41*	8.649	13.413
2012	192.488	25.628	177*	10.329	15.299
2013	216.880	29.550	274*	10.698	18.852
2014	237.983	35.501	268*	11.663	23.838
2015	262.516	43.151	399*	12.481	30.670
2016	277.854	49.538	2.600	13.245	38.893
2017	301.036	59.233	7.329	12.940	53.622
2018	327.374	67.820	13.839	14.415	67.244
<b>TOTAIS</b>	<b>3.030.921</b>	<b>424.279</b>	<b>23.768</b>	<b>124.593</b>	<b>323.454</b>

Quadro 1 - Quantificação dos peregrinos dos Caminhos a Santiago.

Os dados assinalados com (\*) correspondem a locais de saída contabilizados pelas autoras e que geograficamente correspondem ao Caminho da Costa Português. Não constam nos dados da *Oficina del Peregrino* como peregrinos do Caminho Português da Costa.

Nas comemorações de cada Ano Santo os números de peregrinos ultrapassavam todas as expectativas (Quadro 1). Contudo, após o último ano Santo, em 2010, o crescimento de peregrinos tem sido ainda mais significativo, tendo já em 2016 ultrapassado em número os que fizeram os diversos caminhos no último Ano Santo. De uma forma geral, regista-se um aumento substancial do número de peregrinos, de nacionalidade muito diversa, pertencendo, naturalmente aos espanhóis a maior percentagem.

No que diz respeito ao Caminho Português verifica-se que este tem vindo a crescer significativamente e que o número de peregrinos quase duplicou entre 2010 e 2018. O ano de 2011 representa o ano de maior crescimento da percentagem de portugueses a participarem na peregrinação, ultrapassando os valores do Ano Santo de 2010.

Os diversos itinerários dos Caminhos de Santiago são, cada vez mais, resultado da intensa promoção que tem sido realizada e que tem resultado numa grande atividade turística.

Incluir no território das diversas regiões rotas jacobéias permite aos diversos municípios terem a oportunidade de se inscreverem no panorama turístico contemporâneo. Contudo, a sua responsabilidade é acrescida, dado que aproveitam as potencialidades que o Caminho lhes oferece, mas também lhes exige. Os peregrinos ajudam a dinamizar a economia dos territórios por onde passam contribuindo, igualmente, para a sua maior visibilidade e notoriedade, através de testemunhos ou de partilha (redes sociais, comunicação com outros potenciais peregrinos).

O caso mais emblemático é o do Caminho Português da Costa. Tendo embora sido utilizado sobretudo a partir do século XVIII, nas últimas décadas havia-se perdido da memória. Recentemente foi reabilitado após uma intensa campanha de criação de acessibilidades nas suas mais diversas valências, fruto da união de dez municípios desde o Porto até Valença, passando por Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova de Cerveira.

Ainda que tenhamos conseguido contabilizar alguns peregrinos pelo local geográfico de partida desde 2011 (Quadro 1) apenas existe registo desde 2016 (2.600) fruto da política de reabilitação empreendida. O número de peregrinos triplicou em 2017 (7.329), continuando a crescer exponencialmente em 2018, atingindo os 13.839 peregrinos, ou seja, quase seis vezes mais do que os números iniciais.

O ano de 2018 ultrapassou novamente todas as expectativas no que concerne aos peregrinos que fizeram o Caminho Português a Santiago. Assim, o Caminho Central até final de dezembro de 2018 tinha sido percorrido por 67.820 peregrinos (Gráficos 1 e 2), a que acrescem os valores daqueles que peregrinaram pelo Caminho da Costa (13.839) perfazendo um total de 81.659. Relativamente ao ano de 2017 (66.562) o Caminho Português teve um acréscimo de cerca de 20.000 peregrinos, durante o ano de 2018.

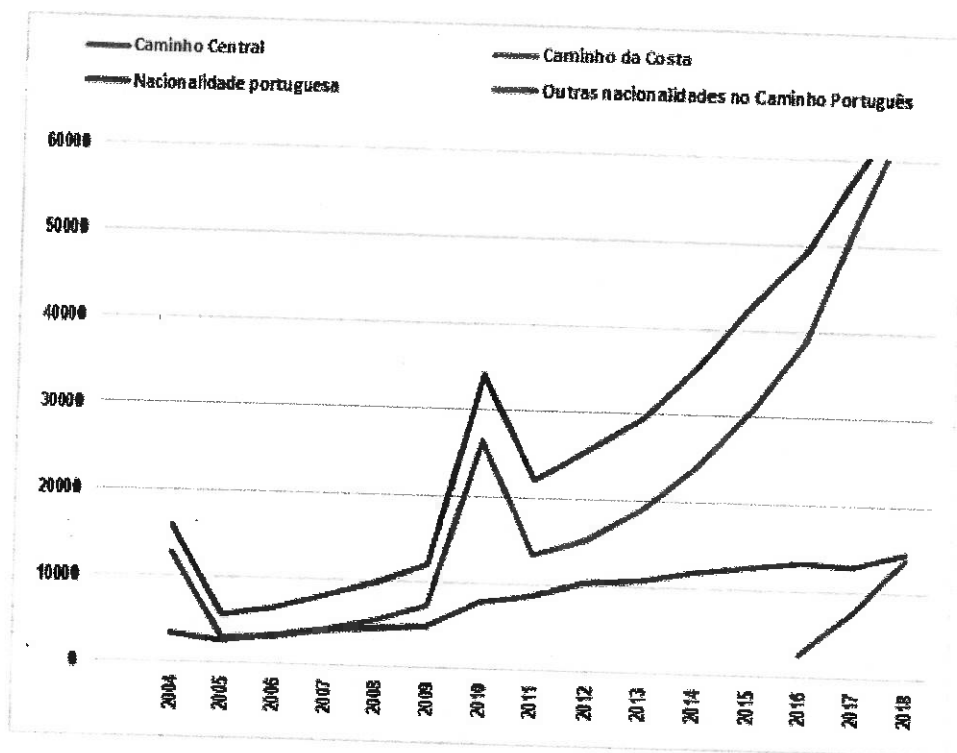


Gráfico 2 - Peregrinos do Caminho Português e distribuição por nacionalidade portuguesa e outras nacionalidades.

Portugal representa, neste momento, o segundo mercado emissor de peregrinos, com um total de 424.279 peregrinos registados que fizeram o caminho português. Contudo, maioritariamente não são de nacionalidade portuguesa (Quadro 1 e Gráfico 2). O número de peregrinos de outras nacionalidades tem aumentando exponencialmente, sendo que o número de portugueses, desde 2017, tem tido um ligeiro decréscimo face a anos anteriores, aumentando novamente em 2018.

### Caminho Central: património arquitetónico religioso e as limitações de acessibilidade

Através de uma pesquisa intensiva e de deslocações aos locais, percorrendo o troço do Caminho Central ou Medieval a Santiago entre o Porto e Valença, foram estudadas e preenchidas as respetivas fichas, que analisam em pormenor as condições

de acessibilidade, de 34 monumentos, elencados no Quadro 2. Foram também estudados ao nível da acessibilidade, da caracterização dos edifícios e do seu processo de reabilitação 11 albergues (oficiais e privados), sendo, posteriormente, feito o tratamento analítico dos resultados.

ARQUITETURA RELIGIOSA ESTUDADA NO CAMINHO CENTRAL	
Sé Catedral do Porto	Igreja de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> do Terço, Barcelos
Igreja da Misericórdia do Porto	Igreja de Santo António, Barcelos
Igreja dos Clérigos, Porto	Igreja Paroquial de Vila Boa
Igreja dos Carmelitas Descalços, Porto	Igreja de S. Pedro de Fins de Tamel
Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo, Porto	Igreja e Torre de Manhente, Tamel
Igreja Românica de S. Martinho de Cedofeita, Porto	Igreja Matriz de Ponte de Lima
Capela da Ramada Alta, Porto	Igreja Santo António da Torre Velha, Além da Ponte, Arcozelo
Igreja do Sagrado Coração de Jesus do Carvalhido, Porto	Capela Anjo da Guarda, Além da Ponte, Arcozelo
Igreja do Padrão da Légua, S <sup>a</sup> Hora, Matosinhos	Capela São Sebastião, Labruja, Ponte de Lima
Mosteiro de Leça do Bailio, Matosinhos	Capela N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> das Neves, Labruja, Ponte de Lima
Mosteiro de S. Salvador de Vairão, Vila do Conde	Igreja Românica de Rubiães, Paredes de Coura
Igreja Românica de São Pedro de Rates, Póvoa de Varzim	Capela de S. Bento da Porta Aberta, Cossourado, Paredes de Coura
Capela de Santo António, Rates	Capela de São Gabriel o Padroeiro, Fontoura, Valença
Igreja Paroquial de Barcelinhos	Capela do Senhor dos Aflitos, Fontoura
Capela de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Ponte, Barcelinhos	Igreja Matriz de Fontoura
Igreja Matriz de Barcelos	Igreja Matriz de Valença
Templo do Senhor Bom Jesus da Cruz, Barcelos	Igreja de Santa Maria dos Anjos, Valença

Quadro 2 - Monumentos de arquitetura religiosa estudados no Caminho Central.

A amostra selecionada relativa ao caminho da Costa, no qual é possível visitar 462 monumentos, engloba 51 locais de culto (tendo sido estudados, até ao momento, 30), e 16 albergues (tendo sido estudados 10 – incluindo duas pousadas da juventude que albergam peregrinos).

Foram também estudadas *in situ* as questões de acessibilidade do troço do caminho entre Porto e Valença (Caminho Central, cerca de 127 Kms). O Caminho Português da Costa ainda não foi totalmente estudado, possuindo este 149,5km.

A seleção da amostra dos locais de culto nos dois percursos, baseou-se na época de fundação, especialmente a medieval, de estilo românico, estando neste caso as Catedrais do Porto e Viana do Castelo, as igrejas de Cedofeita, Rates, Rubiães, Matriz de Caminha, Barcelos, Ponte de Lima e Santa Maria dos Anjos, em Valença, e, ainda, a igreja e mosteiro de Leça do Bailio.

Avançando no tempo estudaram-se as igrejas caracterizadoras do designado Barroco Rural, e algumas um pouco mais recentes já de gosto neoclássico.

Entre as poucas igrejas contemporâneas que ladeiam o caminho apenas foi estudada a do Padrão da Légua, S<sup>a</sup> Hora, Matosinhos, datada de 1968, e que substitui a antiga no século XVI (Capela de Nossa Senhora da Hora), que ainda existe, com o objetivo de tentar perceber se as questões de acessibilidade melhoraram face às centenárias, o que não se comprovou.

Outro elemento que foi tido em conta na eleição dos monumentos de arquitetura religiosa a estudar foi o orago a que o local de culto é dedicado, designadamente Santiago, mas também S. Roque.

As fichas base confirmam um estudo detalhado, diversificado e complexo, com grupos de questões pormenorizadas, por forma a efetuar o levantamento completo da acessibilidade destes locais. Condensamos as questões formuladas em diversos itens (ficando muitos outros para outras análises) que reproduzimos no Quadro 3, bem como, os resultados obtidos.

Entre os elementos caracterizadores dos acessos físicos externos elencamos apenas as condições de estacionamento.

No que respeita ao espaço interior analisamos as portas, os desníveis, a iluminação, entre outros.

Elementos essenciais do estudo prenderam-se com o tipo e a forma de comunicação e informação (escrita e áudio, compreensão de textos), bem como, a análise da sinalética. É também abordada a questão sobre a informação disponível no local de culto, assim como, o acervo exposto. Por fim, efetuou-se uma análise da área de exposição, loja, cafetaria, bem como das questões relacionadas com a hospedagem (dormitórios adaptados). Estes últimos não existem nas igrejas e capelas estudadas.

Em qualquer um dos cenários estudados, como podemos aferir pelo Quadro 3 e os diversos gráficos, as questões de acessibilidade são manifestamente insuficientes ou mesmo ausentes.

Por exemplo, os lugares de estacionamento próprios para pessoas com necessidades especiais (Gráfico 3), são praticamente inexistentes, destacando-se pela positiva o caso da Igreja Românica de Cedofeita, no Porto. Já no que respeita à existência de iluminação suficiente (natural ou artificial) a percentagem de situações é superior para os casos em que a mesma é um facto.

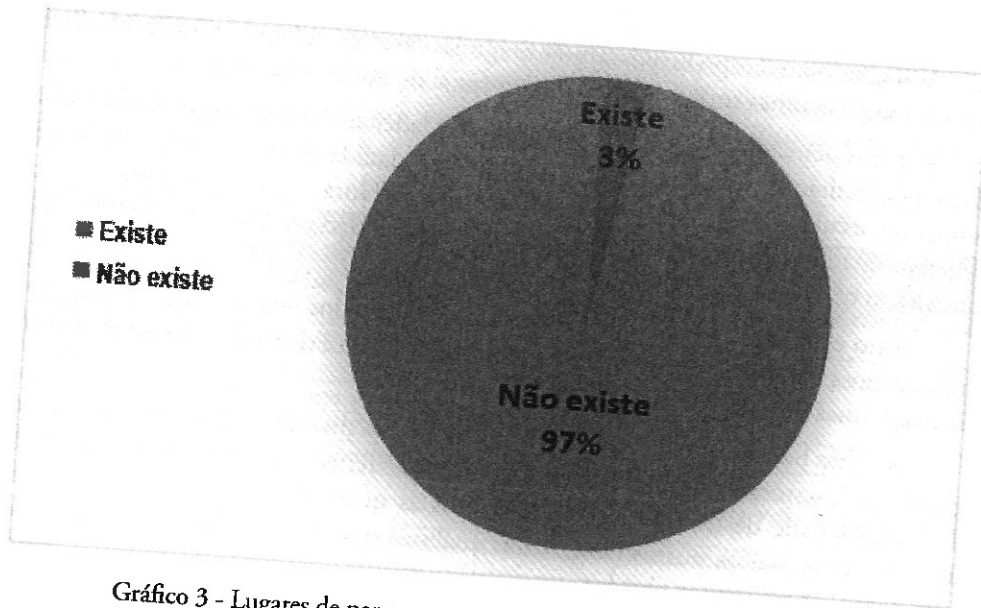


Gráfico 3 - Lugares de parque para pessoas com necessidades especiais.

No que se refere a outras situações dos espaços interiores dos templos, por exemplo, os desníveis não estão identificados em nenhum dos locais incluídos no estudo e, no que se refere a rampas, apenas dez cumprem este requisito. O mesmo se aplica à dimensão regulamentar de portas ou corredores, desajustadas para pessoas em cadeiras de rodas (Gráfico 4).

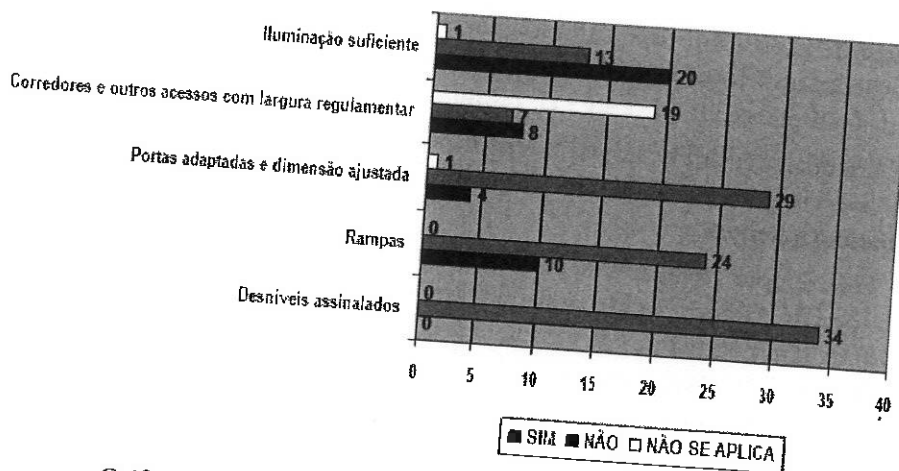


Gráfico 4 - Acessibilidade relativa ao interior dos locais de culto.

Relativamente às questões relacionadas com o acesso à informação (interior/exterior) o cenário é mais animador, particularmente nos centros das localidades. Referimo-nos aos horários ou a elementos históricos sobre o património, como o exemplo positivo da Igreja Matriz de Valença. Contudo, por vezes, os caracteres apresentam pequena dimensão o que dificulta a sua leitura, limitando a informação.

	Informação sobre o local	Horário	Sinalética de orientação	Plantas de orientação	Escrita legível/compreensível	Informação áudio	Braille	Multimédia
SIM	16	14	4	4	9	1	0	1
NÃO	16	20	19	30	22	33	34	33
NÃO SE APLICA	2	0	1	0	3	0	0	0

Quadro 3 - Condições de acessibilidade informativa, internas e externas, das igrejas e capelas estudadas.

Realçamos, igualmente, o centro histórico e a Matriz de Vila Nova da Cerveira (Caminho da Costa) que já disponibilizam o QRCODE nas placas informativas.

No que concerne à informação que pode ser disponibilizada por audioguias ou em braille esta é inexistente.

Os equipamentos facilitadores de multimédia existem apenas na igreja dos Clérigos, no Porto e nas igrejas matrizes da Póvoa de Varzim e de Esposende, no Caminho da Costa.

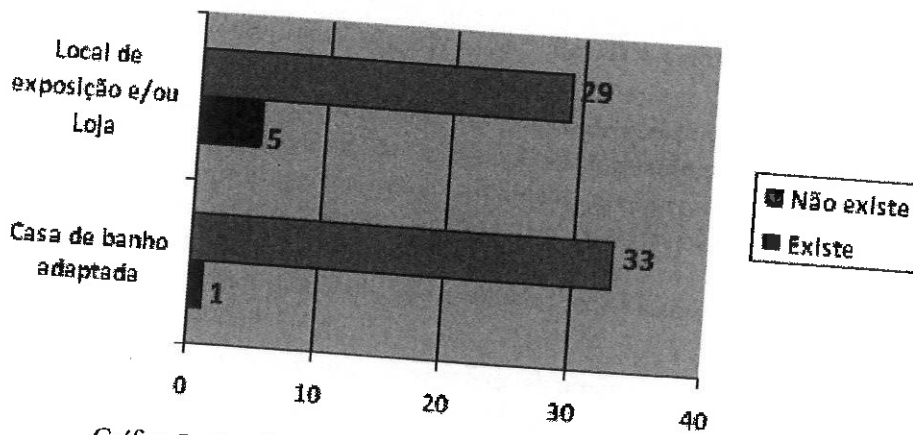


Gráfico 5 - Existência de casa de banho adaptada e local de exposição e/ou loja no interior dos locais de culto.

De facto, as questões de acessibilidade não têm sido tidas em consideração no Caminho Central, apesar do contínuo aumento de peregrinos e/ou turistas que o percorrem.

Os diversos estudos que fizemos, bem como os realizados na Galiza que também analisamos, demonstraram que não existe nenhum caminho que seja totalmente adequado para pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que em todas as etapas seria necessária ajuda para percorrer o itinerário.

Estas constatações não se aplicam apenas aos problemas de acessibilidade física, mas também para pessoas invisuais, com problemas auditivos ou intelectuais.

Regra geral no que respeita ao caminho os maiores problemas estão relacionados com a acessibilidade no que respeita ao pavimento e à segurança.

### **A reabilitação e adaptação dos albergues e os problemas de acessibilidade**

No trabalho de campo efetuado e mencionado acima foi também realizado um diagnóstico de avaliação da acessibilidade dos albergues do Caminho Central, considerados fundamentais para o apoio e descanso dos peregrinos.

Todos os alojamentos estudados, com exceção do Seminário de Vilar (Porto), foram alvo de reabilitação para se ajustarem à sua nova função. Apesar desta importante contribuição para a requalificação deste património arquitetónico e para a dinâmica dos territórios, as questões relacionadas com a acessibilidade não foram consideradas prioritárias.

Tal como foi efetuado para os locais de culto, no caso dos albergues e locais de hospedagem, focamos o trabalho de campo em fichas previamente definidas e testadas.

ALBERGUES	DATA DE ABERTURA	TIPO DE GESTÃO	LOTAÇÃO	FUNÇÃO INICIAL
Albergue de Peregrinos do Porto	29/05/2016	Privado, com a parceria da Santa Casa da Misericórdia do Porto	26 camas	Infantário da S.C.Misericórdia do Porto
Albergue do Peregrino N.º S.º do Rosário de Vilar, Porto	31/01/2015	Igreja - Casa Diocesana - Seminário de Vilar	12 camas	Seminário
Albergue do Mosteiro de Vairão, Vila do Conde Albergue oficial público	25/07/2013	Villa Valeriani - Associação de Peregrinos	50 camas	Dependências de Mosteiro - Colégio de Freiras
Albergue de Peregrinos de Rates, Póvoa de Varzim Albergue oficial	25/07/2004	Associação sem fins lucrativos Associação Ventos Peregrinos	60 camas	Casa agrícola
Albergue Cidade de Barcelos	01/07/2012	Associação ACB	20 camas	Edifício antigo situado em centro histórico
Albergue de Peregrinos "Recoleta", Tamel Albergue oficial público	18/04/2010	Câmara Municipal de Barcelos	41 camas	Eremitério e outras funções
Albergue Residência Senhor do Galo, Barcelinhos	15/05/2010	Grupo Folclórico de Barcelinhos e Junta de Freguesia de Barcelinhos	40 camas	Edifício histórico
Albergue Amigos da Montanha, Barcelinhos	14/06/2014	Associação Amigos da Montanha	16 camas	Edifício histórico
Albergue de Peregrinos Ponte de Lima Albergue oficial público	18/07/2009	Câmara Municipal de Ponte de Lima	60 camas	Casa do Arnado, edifício do século XIX
Albergue do Peregrino de Rubiães, Paredes de Coura Albergue oficial público	20/05/2006	Junta de Freguesia de Rubiães	48 camas	Escola primária centenária
Albergue de Peregrinos São Teotónio, Valença Albergue oficial público	18/02/2005	Câmara Municipal de Valença e Agrupamento de Escuteiros 453	65 camas	Edifício habitação de juizes da comarca

Quadro 4 - Caracterização sumária dos albergues de peregrinos do Caminho Central.

Resumidamente a ficha contempla dois grupos de questões. O primeiro grupo aborda a acessibilidade exterior física e o segundo a informação disponibilizada sobre o albergue. O segundo grupo analisa a acessibilidade interior no que concerne a portas, pavimentos, corredores, rampas, corrimãos, escadas, elevadores e seus botões de comando, verificando o cumprimento das normas existentes. Contempla-se, ainda, análise dos dormitórios e casas de banho adaptados tendo sempre em conta a acessibilidade física e informativa.

Ainda que sucintamente cabe aqui referir algumas das características dos albergues oficiais, descritos sumariamente no Quadro 4, exemplares do património construído, muitos deles reabilitados e cuja função foi modificada.

O albergue do Mosteiro de Vairão teve diversas serventias ao longo dos tempos, designadamente a de Colégio de Freiras, e diversos proprietários, desde os eclesiásticos à atual Câmara Municipal de Vila do Conde. A sua transformação em albergue permitiu recuperar as suas instalações e abrir o Mosteiro à comunidade local e internacional, promovendo a sua divulgação.

A Casa da Recoleta de Tamel teve origem em 1633 sendo eremitério até 1737. Foi doado à Ordem de S. Francisco, passando em 1745 para o Arcebispo de Braga e posteriormente vendido a particulares. A reconstrução e adaptação a albergue foi feita pela Câmara Municipal de Barcelos, em 2007, atualmente proprietária e gestora do mesmo.

O albergue de Ponte de Lima aloja-se em edifício do século XIX (Casa do Arnado). As obras de restauro e conservação respeitaram as técnicas e materiais tradicionais, preservando as suas características originais, autenticidade e memória, transformando-o num edifício multifuncional como albergue e Museu do Brinquedo Português.

O de Rubiães, em Paredes de Coura, é outro exemplo da dinâmica que o caminho tem criado nas populações locais ao recuperar e revalorizar a antiga escola primária da Costa, construída nos inícios do século XX, com traça do arquiteto Adães Bermudes. A requalificação em albergue permite alojar em dormitório 48 pessoas com acesso a serviços básicos sendo um dos poucos, em espaço português, que contempla acessibilidades para pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, incluindo um quarto com WC adaptado.

Outros albergues tiveram outras funções como o caso do de Valença, que foi habitação dos juizes da comarca.

Entre 2004, ano de abertura do primeiro albergue oficial português (S. Pedro de Rates), e 2006, existiram apenas três albergues oficiais, sendo que apenas após 2010 abriram outros três. No Porto continua a não existir qualquer albergue público oficial.

Além dos albergues referidos existem muitas outras formas de alojamento de variada tipologia, que têm proliferado nos últimos anos, designadamente equipamentos de Turismo em Espaço Rural (TER) e Alojamento Local (AL) fruto da dinâmica socioeconómica gerada pelos milhares de peregrinos do caminho português nas diversas áreas, com destaque para o Alto-Minho. Igualmente diversos restaurantes têm também uma grande dinâmica, disponibilizando inclusivamente, à semelhança dos vários locais de Espanha, o menu do peregrino.

Pela análise dos resultados do trabalho de campo obtidos e cuja informação relativamente a alguns dos itens estudados condensamos no Quadro 5, podemos concluir que a maioria dos albergues não tem previsto qualquer tipo de acessibilidade física, optando por minimizar esta debilidade através de um quarto no andar térreo, como o caso do Albergue de São Pedro de Rates.

Por outro lado, detetamos que, pelo facto de existir um número ainda reduzido de peregrinos com limitações de acessibilidade, os albergues não sentem a necessidade de investir nesta área. Como nota positiva realçamos os albergues de Rubiães e de Ponte de Lima, onde técnicos de saúde estão disponíveis para apoiar a recuperação dos peregrinos.

	PARKING	ACESSOS Interior				INFORMAÇÃO Interior e exterior								CASA DE BANHO ADAPTADA	Quartos para pessoas com necessidades especiais
		LUGARES DE ESTACIONAMENTO Pessoas com necessidades especiais	DESNÍVEIS ASSINALADOS	RAMPAS	PORTAS ADAPTADAS E DIMENSÃO AJUSTADA	CORREDORES E OUTROS ACESSOS COM LARGURA REGULAMENTAR	SOBRE O LOCAL	HORARIO	SINALÉTICA DE ORIENTAÇÃO	PLANTAS DE ORIENTAÇÃO	ESCRITA LEGÍVEL/COMPREENSÍVEL	INFORMAÇÃO AUDIO	BRILLE		
<b>SIM</b>	0	0	1	1	1	11	11	3	1	9	0	0	0	2	1
<b>NÃO</b>	11	11	10	10	10	0	0	8	10	2	11	11	11	9	10

Quadro 5 - Condições de acessibilidade interiores e exteriores dos albergues de peregrinos.

No que respeita à acessibilidade informativa esta também é muito deficitária, praticamente resumindo-se à colocação de elementos sobre a designação do albergue e o horário do mesmo.

Contudo, a evolução da hospedagem tem sido uma realidade como se constata pelo número de albergues oficiais e, sobretudo, particulares que tem crescido em número, criando um impacte económico e social nas populações.

O estudo da reabilitação arquitetónica de diversos tipos de espaços arquitetónicos históricos que se encontravam devolutos e em ruínas (agora adaptados à hospedagem), tem tido um impacto significativo nas populações desse mundo rural percorrido pelo caminho e, naturalmente, na manutenção e perduração desse património e da memória da comunidade. Infelizmente, nos diversos processos de reabilitação não foram executadas na prática as diversas adaptações necessárias para que se transformassem em equipamentos acessíveis.

## Ideias finais

Feita a contextualização da temática relativa ao turismo religioso e acessível, bem como a histórico-cultural, de forma sintética, a inserção geográfica do caminho de Santiago, e analisados os dados estatísticos da *Oficina del Peregrino* entre 2004 e 2018 podemos concluir da existência de um aumento exponencial de peregrinos/turistas religiosos e culturais nos troços do caminho estudado e também no relativo à parte espanhola que permite chegar a Santiago de Compostela.

Após o levantamento das condições de acessibilidades a locais de culto e aos locais de hospedagem podemos referir a existência de uma boa identificação do caminho com imagens que os peregrinos conseguem facilmente interpretar, ainda que muito diversificadas, no caso do caminho Central.

Os hospiteiros são prestativos e preocupados com a boa estadia dos peregrinos tendo a preocupação, em alguns casos, em ter quartos no piso inferior, mesmo não tendo as condições apropriadas para pessoas com mobilidade reduzida ou algum tipo de deficiência.

No que concerne à acessibilidade de informação e comunicação para pessoas invisuais e com surdez constata-se a ausência total de textos em braille ou aparelhos com áudio.

Com frequência as placas de identificação possuem bastante desgaste e não são perceptíveis a uma determinada distância. Igualmente a informação dos horários não é clara ou não existe, impossibilitando qualquer informação.

No que respeita à falta de acessibilidade física no interior esta é nítida nos percursos irregulares e de largura insuficiente nos corredores para cadeira de rodas, existindo também diversos obstáculos, designadamente degraus bastante acentuados, o que não permite a deslocação das pessoas com mobilidade reduzida, invisuais ou com surdez. Verifica-se, igualmente, a quase inexistência de casas de banho adaptadas e a iluminação dos locais de culto não é a mais indicada.

No exterior das igrejas e capelas existe, em alguns casos a preocupação da colocação de rampas. Mas, a inexistência de lugares de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade reduzida ou outro tipo de deficiência é uma constante.

Assim, concluímos que não tem sido dada a devida importância às diversas questões da acessibilidade aos locais de culto existentes no caminho central a Santiago, entre Porto e Valença, apesar dos milhares de peregrinos e turistas culturais/religiosos que frequentam estes locais caracterizadores do património religioso. Se analisarmos outro tipo de património ou outro tipo de equipamentos a situação é semelhante.

Sabemos que o Caminho marca cada vez mais a realidade turística dos concelhos por onde passa, captando por isso a crescente atenção dos municípios para esta pro-

gressiva realidade, seja pelas iniciativas e ações de apoio logístico, seja pela divulgação e reforço de informações de cariz histórico-geográfico, patrimonial e turístico peregrinos.

Planear e implementar um turismo mais acessível não é só uma responsabilidade social, mas também uma forma de aumentar a competitividade dos territórios, um facto que o turismo acessível contribui para a sustentabilidade social, ambiental e económica dos destinos, e cria um impacto positivo na comunidade local. No que se refere a Portugal, os nossos mercados emissores, como o Reino Unido, a Alemanha, a Itália e a Espanha, agregam mais de 10 milhões de pessoas com necessidades especiais de acessibilidade.

O reforço da relação entre os diversos parceiros institucionais e a ligação com operadores turísticos, com implementação da informação turística acessível e com a divulgação dos recursos patrimoniais das regiões, é fundamental.

No final deste projeto gostaríamos de ter a noção de que contribuímos para a melhoria das condições e compreensão dos Caminhos de Santiago criando condições para os usufrutuários de um turismo acessível, que pretendemos para o futuro.

Há ainda um longo caminho a percorrer!

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBROSE, I., GARCIA, A., PAPAMICHAIL, K., e VEITCH, C. (2017). Gestão de Destinos Turísticos Acessíveis, <http://www.turismodeportugal.pt/C3%AAAs/turismodeportugal/all-for-all/Documents/manual-de-gestao-de-destinos-acessiveis-pt.pdf>.
- DARCY, S. e DICKSON, T. (2009). A Whole-of-Life Approach to Tourism: 7 Accessible Tourism Experiences, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 1, pp. 32-44. <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt>
- MINEIRO, C. (2017), *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade Comunicação Inclusivos, Palácios e Museus*. Turismo de Portugal, I. P. e Direção Geral do Património Cultural. <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAAs/turismodeportugal/all-for-all/Documents/Guia%20de%20Boas%20Pr%C3%A1ticas%20de%20Acessibilidade.pdf>.
- Oficina del Peregrino de Santiago de Compostela*, <https://oficinadelperegrino.com>
- SILVA, Fátima M. (2015). Valorización de los poblados fortificados de la edad del noroeste de la península ibérica y el turismo arqueológico, *Conserva*, 2, [http://www.cnrcr.cl/611/articles-57154\\_archivo\\_05.pdf](http://www.cnrcr.cl/611/articles-57154_archivo_05.pdf)

- SILVA, M. F. M. e BORGES, I. (2019a). Religious Tourism and Pilgrimages in the Central Portuguese Way to Santiago and the Issue of Accessibility, *Handbook of Research on Socioeconomic Impacts of Religious Tourism and Pilgrimage*, Hershey, PA: IGI Global, 375-395.
- SILVA, M. F. M. e BORGES, I. (2019b). Accessible territories development: hostels and religious architecture in Portuguese way to Santiago. Proceedings of the 2nd International Conference on Tourism Research - ICTR 2019. Academic Conferences and Publishing International Limited Reading UK, pp. 308-320.
- Takayama Declaration on the Development of Communities-for-All in Asia and the Pacific - Appendix, UNESCAP Takayama. (2009). Congress on the Creation of an Inclusive and Accessible Community in Asia and the Pacific, [http://www.accessibletourism.org/resources/takayama\\_declaration\\_top-e-fin\\_171209.pdf](http://www.accessibletourism.org/resources/takayama_declaration_top-e-fin_171209.pdf)
- TURISMO DE PORTUGAL. (2012), *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria*, [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Documents/Guia\\_boas\\_praticas\\_acessibilidades.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Documents/Guia_boas_praticas_acessibilidades.pdf)
- UNWTO - World Tourism Organization (2016). *Manual on Accessible Tourism for All: Principles, Tools and Best Practices – Module V: Best Practices in Accessible Tourism*. <http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/modulev13022017.pdf>.